

A influência da prova brasil no processo de ensino-aprendizagem

RESUMO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um estudo bibliográfico acerca da avaliação educacional em larga escala no Brasil: Prova Brasil. O objetivo foi analisar a concepção de qualidade da educação básica através do sistema de avaliação educacional em larga escala adotado pelo MEC/INEP estudando a forma como esta avaliação influenciou a prática docente nas series iniciais do ensino fundamental I. As conclusões foram baseadas nas contribuições e críticas que este sistema tem proporcionado às práticas didático-pedagógicas nas escolas de educação básica e mostraram que a avaliação pode influenciar o conteúdo abordado em sala de aula de forma negativa, pois no período que antecede a realização da prova os professores são orientados a focar os ensinamentos no conteúdo da prova, desprezando as diretrizes do Plano Curricular Nacional. Também foi observado que algumas secretarias de educação oferecem incentivo financeiro (14º salário) às escolas com alto desempenho nesta avaliação, priorizando o direcionamento do ensino para a prova e desestimulando outras disciplinas.

PALAVRAS-CHAVE: conteúdo programático, critérios de avaliação, plano curricular nacional, qualidade do ensino.

Aline Ramirez de Araujo

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Evandro André Konopatzki

ekonopatzki@utfpr.edu.br
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Ivone Terezinha Carletto de Lima

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

Angélica da Silva Lima

Konopatzki
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Medianeira, Paraná, Brasil.

INTRODUÇÃO

A avaliação educacional no Brasil é um tema de recentes pesquisas porque contribui para a implantação de políticas públicas na área da educação. A Prova Brasil é um exemplo disso, ela surgiu com o intuito de verificar o processo educacional com parâmetros de equidade e qualidade na educação. De acordo com BONAMINO (2002) a avaliação educacional começou a se fortalecer nos anos 90, e teve sua relevância fundamentada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDBEN), esta torna obrigatória a avaliação nos níveis do sistema educacional os Ensinos fundamentais I e II e Ensino médio. Com isso deu-se início a iniciativas de avaliação do sistema educacional que tornou a prova mais elaborada e que contempla todo o contexto escolar.

Com apoio financeiro do Banco Mundial a avaliação do sistema educacional passou a ter caráter de avaliação em larga escala, devendo cumprir com algumas metas que forma impostas pelo órgão financiador, como resposta positiva ao desenvolvimento do planejamento ofertado.

Por isso ela passou a ser um instrumento que norteia políticas públicas educacionais e avalia censitariamente as escolas de educação básica do Brasil, como afirma: BRASIL / BANCO MUNDIAL 2008.

A Prova Brasil teve sua primeira aplicação no ano de 2005 e é um segmento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Ministério da Educação (MEC), durante o decorrer deste artigo ao dirigir-se a estes dois órgãos serão utilizadas as siglas que os representam.

O objetivo desta avaliação foi analisar a qualidade da educação básica, ela é aplicada em todos os municípios e estados do Brasil e avalia os alunos matriculados nos quintos e nonos anos ensino fundamental, abrangendo as disciplinas de português e matemática e apresentando foco na compreensão de textos e nas resoluções de problemas. Desta forma, através de índices obtidos nos resultados da Prova Brasil, o nível de qualidade da educação fundamental de todas as escolas brasileiras é apresentado como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os conteúdos cobrados na Prova Brasil passam por um exame do Plano Curricular Nacional, (PCN'S) de cada disciplina para que o conteúdo da Prova Brasil esteja de acordo com o conteúdo abordado em sala de aula.

O Plano Curricular Nacional (PCN), juntamente com as diretrizes curriculares são utilizados pelos Municípios e Estados para delimitar a ordem na qual os conteúdos serão abordados em sala de aula.

Assim sendo, faz-se necessário que os municípios e estados se organizem para que os conteúdos programáticos estejam associados com os da prova que será aplicada, para que o aluno possa ter conhecimento do que estará sendo cobrado na avaliação e que assim, lhe tenha sido ofertado um bom preparo para a realização da avaliação em foco, até a data de sua aplicação.

É tratando deste preparo que inicia-se o debate sobre a organização da escola e da metodologia utilizada em sala de aula nos anos de Prova Brasil. Desde a primeira aplicação da Prova Brasil, os municípios e estados passaram a reestruturar os conteúdos e materiais disponibilizados às escolas para facilitar o preparo dos alunos para a realização da avaliação. Mas esta interpretação de preparar os alunos para as avaliações contraria o objetivo da avaliação em larga escala, que é avaliar o desempenho da educação ofertada pelas escolas de educação básica.

Desta forma aborda-se, neste trabalho, alguns questionamentos sobre essa interpretação de preparo que vem sendo desenvolvido nas escolas e sobre como essa preparação pode interferir diretamente na metodologia utilizada em sala de aula. Questiona-se como uma avaliação em larga escala, com intuito quantitativo, pode avaliar todo o processo realizado pelo professor e equipe escolar, em apenas um questionário?

Assim este artigo tem o objetivo de analisar a concepção de qualidade da educação básica através do sistema de avaliação educacional em larga escala adotado pelo MEC/INEP: Prova Brasil, verificando a forma como a avaliação educacional em larga escala é desenvolvida nas series iniciais do ensino fundamental buscando uma relação da Prova Brasil com a qualidade do ensino nas series iniciais do ensino fundamental e constatando a influência desta avaliação na prática didática de sala de aula em específico no município de Foz do Iguaçu, foi um estudo bibliográfico com análise de documentos do MEC/INEP, Banco Mundial e da Secretaria Municipal de Educação de Foz do Iguaçu.

AS MUDANÇAS PROVENIENTES DA AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

O governo federal aprovou a medida provisória 586/2012 que trata do pacto nacional pela alfabetização, e estabeleceu a meta de que toda criança deve ler e escrever até os oito anos de idade, com essa necessidade de identificar os níveis de alfabetização o INEP instituiu uma nova modalidade de avaliação externa à escola a Provinha Brasil, que tem o objetivo de propiciar o acesso aos dados sobre alfabetização, leitura e escrita nos momentos mais precoces da escolarização, esse modelo implica diretamente na formação e na prática docente. Pois o professor agora passa a ter que se preocupar em ensinar os alunos a preencherem a avaliação que farão e, não somente a se preocupar se seus alunos estão sendo alfabetizados.

Neste contexto salienta-se que a escola assume um papel que vai além do educar, um papel assistencialista que auxilia o aluno no seu desenvolvimento de vida social, amparando-o e aprendendo a lidar e aceitar o aluno da forma que ele veio para a instituição, trabalhando de forma conjunta para que este aluno tenha oportunidades e desenvolvimento social. Com esta realidade o professor se vê tendo que readaptar o conteúdo previsto, atribuir novas metodologias e impor novos ritmos de aula para que todos os alunos possam acompanhar e produzir da forma esperada, como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B, (2015).

As escolas da rede municipal de ensino de Foz do Iguaçu, dispõem de material didático, bibliotecas, e uma estrutura física favorável para uma boa qualidade de ensino. A secretaria de educação formulou uma apostila nas disciplinas de português, matemática, história, geografia e ciências. Assim proporciona aos alunos um melhor acompanhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, e também para que possa diminuir o tempo gasto para registrar as atividades no caderno, passando a registrar apenas o conteúdo que não está presente na apostila, facilitando as condições dos alunos e também permitindo que o professor tenha mais opções didático - pedagógicas de como mediar suas aulas, ofertando maior tempo para o professor desenvolver metodologias diferenciadas proporcionando qualidade no ensino.

Todos esses benefícios foram pensados para facilitar o processo de ensino e aprendizado na rede pública de ensino uma necessidade vista pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que vem ampliando a estrutura física e

didática das escolas de educação básica para atingir o nível desejado de qualidade na educação.

A este sistema de avaliação em larga escala, foi atribuída à responsabilidade de medir a qualidade da educação através de uma avaliação padronizada, realizada a cada dois anos, esta avaliação é externa a escola, ou seja, ela não tem vínculo de construção com professores e gestores das escolas, ela é uma avaliação elaborada por entidades com experiência em provas de avaliação em larga escala, que contempla o conteúdo demarcado no currículo nacional para cada série avaliada. Segundo HOFFMANN 1993, é no ensino fundamental que a criança constrói seu conceito de educação, passa pela construção do seu limite, do seu caráter, de sua autonomia, de sua formação social, e se a criança não tiver a oportunidade de receber uma educação que abranja todas essas necessidades elas serão classificadas como alunos problema, que não conseguem acompanhar o ritmo escolar, a disciplina escolar, e o ritmo do professor.

Vários estudos, como o de Hoffman (2005) e Melchior (1999), apontam a importância no desenvolvimento de didáticas diferenciadas em sala de aula para se atingir a qualidade na educação esperada. Uma das principais, senão a mais importante, estratégias para que essa qualidade se consolide é proporcionar uma formação continuada aos professores, ofertando cursos que possibilitem e preparem os professores para lidar com os desafios diários da sala de aula. Como afirma Hoffman (2005), um professor bem preparado consegue fornecer meios e lidar com as estratégias disponibilizadas pela escola para aplicar um bom ensino em sala de aula, atingindo e sanando as dificuldades dos alunos através de didáticas diferenciadas de ensino.

A avaliação educacional é um tema de amplo debate que questiona os modelos de avaliação e sua eficácia em sala de aula, uma vez que, de acordo com os níveis de aprendizado, alguns alunos não se sobressaem em avaliações escritas, o nível de estresse do aluno pode interferir diretamente à sua nota na avaliação, alguns pesquisadores afirmam ainda que para que as avaliações possam medir o aprendizado do aluno com eficácia, a avaliação deve fazer com que o aluno seja agente participativo na avaliação, e não apenas um agente passivo, que tenha que simplesmente concordar ou discordar com o que está lhe sendo perguntado. Como afirmam Bonamino (2002) e Correea & Soligo (2015).

Pode-se afirmar que toda relação de ensino – aprendizado tem a necessidade de ser medida em eficiência. Todo processo de avaliação realizado internamente pelos professores, nas salas de aula, auxilia no controle dos conteúdos e os ajudam a ter um diagnóstico das necessidades ou dificuldades de aprendizado. Podendo ainda, os professores, optarem por realizar métodos diferentes de ensino para tentarem contemplar o aprendizado de todos seus alunos.

Cabe destacar que apenas o trabalho do professor é insuficiente para que a escola tenha um padrão mínimo de qualidade, fato que só se torna possível com o auxílio da direção, e todo corpo docente da escola.

A Prova Brasil foi criada com a finalidade de produzir informações sobre o ensino ofertado por municípios e escola, individualmente, com o objetivo de auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino, como afirma BRASIL / Ministério da Educação (2008b)

A prova Brasil é aplicada de dois em dois anos, em escolas públicas com mais de 20 alunos matriculados na série a ser avaliada, 5º ano do ensino fundamental I e 9º ano do ensino fundamental II. É realizada de forma censitária ofertando questionários de forma amostral, para obter informações sobre equidade e eficiência dos sistemas e redes de ensino, é aplicada nas redes escolares para os servidores e para os alunos, buscando compreender os níveis socioculturais dos alunos, e em um segundo questionário destinado apenas aos alunos em forma de avaliação do rendimento escolar, avaliando a disciplina de português com o foco em análises de texto e compreensão de textos e a disciplina de matemática com o foco na resolução de problemas. Esta avaliação em larga escala tem o objetivo de melhorar a qualidade do ensino público e desenvolver políticas públicas de educação eficazes. (BRASIL, 2008, p. 8).

A aplicação da Prova Brasil é de responsabilidade de cada município que, entendendo a importância deste indicador de qualidade, dispõem de uma equipe com preparo para a organização e aplicação desta prova nas escolas.

O Ministério da Educação afirma ainda que a cobrança dos conteúdos requeridos na avaliação é determinante de acordo com o ministério da educação (MEC), que possa dar conta de avaliar se o ensino da disciplina de língua portuguesa está voltado para o uso social da língua, para que os alunos possam se integrar à

sociedade de forma mais autônoma, a prova avalia este aspecto através da interpretação textual, utilizando textos que exigem um diálogo entre o autor e o leitor, e o leitor ao interpretar o texto deve desvendar o sentido que não está explícito em palavras no texto, mas que, com uma boa interpretação do conjunto do texto o fará compreender a mensagem que ele quer passar. (BRASIL, 2008, p. 8).

No conteúdo de matemática, o foco é a resolução de problemas, com o intuito de utilizar os conhecimentos cognitivos dos alunos em problemas que os instigue a encontrar a solução através dos seus conhecimentos prévios da disciplina, utilizando também o raciocínio lógico.

Para fazer a leitura e a média de desempenho atingida pelas escolas avaliadas, foi criada uma tabela com os níveis de desempenho em português e matemática, esta tabela contém os descritores, neles estão presentes todos os aspectos que os alunos deverão analisar nas questões para respondê-la corretamente, é através desses descritores que as escolas são avaliadas e é construída a média de desempenho.

A cobrança dessas competências e habilidades na prova Brasil acontece pela compreensão de que, quando o aluno passa a ter uma boa compreensão textual, ele passa a interagir e a compreender a relação interacionista entre as disciplinas, auxiliando na compreensão e no aprendizado de todas as disciplinas, essa avaliação tem o intuito de fortalecer o raciocínio lógico dos alunos, buscando despertar-los para a construção dessa relação entre os conteúdos programados na matriz curricular de cada série avaliada, reforçando ou despertando o interesse dos alunos pelo conhecimento.

A necessidade de um sistema de avaliação na educação básica tem se tornado evidente desde meados da década de 1980, devido à redemocratização do ensino e da necessidade constante de se avaliar todo o contexto escolar, alunos, professores e diretores. Todo processo de estudos realizados sobre avaliação educacional é proposto pelo Ministério da Educação (MEC) com o apoio de organismos do mesmo segmento com o intuito de sanar a evasão e reprovações de alunos.

Este modelo de avaliação deverá avaliar não somente o conhecimento do aluno, mas também os procedimentos de gestão que a escola desenvolve, e a qualidade

do ensino que o professor está transmitindo. A qualidade da educação básica será medida através de dados que foram obtidos nessas avaliações.

A complexidade deste sistema dá aos estados e municípios abertura para a escolha de como irão abordar e lidar com as avaliações, no entanto, é necessário que para a veracidade deste sistema, seja desenvolvido um trabalho de forma clara e objetiva como é proposto, criando formas de contribuir para a qualidade sem que prejudique o andamento dos conteúdos e dos estudos.

Criando assim possibilidades que façam os alunos compreenderem o seu lugar e seu papel na sociedade, despertando o interesse dos alunos pelos estudos, desenvolvendo práticas educativas que contribuam para a formação individual de cada aluno e que consiga atender a necessidade deles, sem que nenhum processo seja antecipado, e que os mesmos sejam ensinados com um único intuito: o de obter o conhecimento. Como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; 2015. É quando se trata da liberdade de escolha dos conteúdos que os municípios e estados devem fazer que surge um grande embate, pelo fato de que as aulas podem estar sendo elaboradas objetivando o êxito no resultado na prova, sem preocupação com o processo de ensino aprendizagem.

A RELAÇÃO DA PROVA BRASIL COM A REALIDADE ESCOLAR

A Prova Brasil possui a característica de avaliação em larga escala por avaliar um grupo de alunos, para que esta avaliação seja realizada nas escolas é necessário seguir orientações básicas sobre: quantidade de aluno na série avaliada, número de alunos por escola, região em que a escola está inserida entre outros critérios básicos.

Como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; 2015, a partir do ano de 2009 o município foi se adequando as formas de aplicação da Prova Brasil e vem buscando alcançar a meta de qualidade de ensino em todo o município. Para isso pensou-se na criação do reforço escolar no contra turno para turmas que seriam avaliadas no ano de IDEB, na qual todos os alunos da turma deveriam participar, não apenas aqueles com dificuldades de compreender os conteúdos. E também, a elaboração de uma avaliação similar a da Prova Brasil para que as turmas avaliadas que serão avaliadas realizem e estejam familiarizadas com a linguagem da prova.

Em um primeiro contato com este assunto não se percebe nenhuma irregularidade, contudo esta estratégia tomou rumos diversos e perdeu seu foco com a implantação de um incentivo que foi dado às escolas que atingissem a meta estipulada pelo MEC, ano após ano. Esta má interpretação dos órgãos responsáveis pela educação no município tem atrelado medidas meritocráticas como, por exemplo, o Decreto Municipal nº 21.404 de 22 de junho de 2012 (do Município de Foz do Iguaçu-PR), que insere nas escolas um auto índice de competição entre as escolas, uma vez que escolas que atingem o nível estipulado pelas secretarias de educação recebem como premiação pela nota atingida o 14º salário. As escolas que não atingem a nota estipulada recebem orientação pedagógica para melhoria no desenvolvimento dos conteúdos para com os alunos.

Nesta perspectiva para que os alunos realizem com êxito esta avaliação em larga escala, os mesmos são orientados a como responder corretamente os questionários, e estão sendo avaliados com provas similares a Prova Brasil, realizadas pela própria escola com mais frequência, as escolas recebem orientações da secretaria de educação no município, que seguem rigorosamente todas as orientações das avaliações em larga escala que é desenvolvida pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) para a realização das mesmas de acordo com as orientações para aplicação de prova mensal para preparo dos alunos do município de Foz do Iguaçu .

Pode-se afirmar que os alunos estão recebendo um preparo específico para a avaliação. Portanto, como afirmar que a nota atribuída às escolas está sendo do real desempenho e ensino dos alunos?

De acordo com BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B 2015, esta estratégia vem sendo colocada em prática nas escolas da rede, a equipe pedagógica das escolas juntamente com os professores tiveram que readequar sua rotina diária em sala de aula, para poder contemplar com esse novo aspecto avaliativo. A metodologia do professor em sala de aula está moldada de acordo com o conteúdo da prova. O professor muitas vezes tem que atribuir um foco maior nas duas disciplinas cobradas na Prova Brasil, português e matemática, como se fosse possível ensinar o aluno em apenas dois seguimentos. Desta forma o professor precisa avaliar seus alunos através de exames com mais frequência. Esse exame normalmente é de estrutura similar à da avaliação em larga escala.

Os alunos muitas vezes são ensinados a pensar da forma que a avaliação está pedindo. Sem utilizar seu ponto crítico sobre o conteúdo, sobre a questão ou sobre o texto, mas o aluno deve pensar da forma que a pergunta foi elaborada e obedecendo assim a idéia do elaborador da avaliação e não do pensamento do aluno.

Quando a metodologia do professor precisa ser alterada em função de uma avaliação, se vê uma inversão do objetivo da qualidade da educação que está garantido pelo artigo 3º da LDB que propõe uma educação igualitária e que estimule a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, entre outros que enfatizam uma educação democrática e participativa.

[...] O que se questiona é o fato de que, a partir da década de noventa do século XX, a implantação de determinadas políticas e o sucesso do atingimento de suas metas passaram a determinar não só o conteúdo a ser ensinado, mas também o modo de como o estudante deve responder a questões de uma prova, ou até mesmo a forma como deve pensar. E o que é mais grave: no dia a dia da sala de aula, o sentido pedagógico do processo ensinar-aprender corre o risco de ficar focado muito mais nos resultados do que nos processos. (WERLE & FICHER, 2010, p. 39)

É importantíssima a existência de uma avaliação em larga escala a fim de medir e mensurar se foi aprendido o que deveria ter sido aprendido, e se foi ensinado o que se deveria ter sido ensinado. Para tanto, não há a necessidade de se formular estratégias de ensino para os alunos realizarem esta avaliação, sendo feito isso, podemos concluir que esta avaliação terá sua veracidade comprometida, pois os alunos estarão sendo preparados e de certa forma treinados a realizar de forma bem-sucedida esta avaliação.

[...] A pertinência de dois elementos definidores da Prova Brasil - a padronização e o uso da medida - precisa ser entendida. O direito ao aprendizado de competências cognitivas vale para todos os alunos, e a todos deve ser garantido de forma equitativa. No entanto, considerando a variação natural presente nos seres humanos, se aceita que, garantido um nível de domínio de cada competência, compatível com o exercício da cidadania, alunos diferentes apresentem domínio diferenciado em uma dada competência. Em outras palavras, alguns alunos terão a competência leitora em nível mais avançado do que outros, ainda que todos devam ler acima de um nível considerado adequado. Mas para que

essas comparações possam ocorrer é necessário que o instrumento verificador do direito seja o mesmo, no caso brasileiro a Prova Brasil. (BRASIL. 2008b. p. 12)

Estes conteúdos podem ser ensinados de forma que não precise ser alterada a metodologia do professor em sala de aula, ou seja, o professor pode manter sua didática ao abordar os conteúdos de forma dinâmica, acrescentar a linguagem culta padrão que é cobrada na Prova Brasil aos poucos aos alunos, de forma sucinta para que eles se sintam parte do processo de aprendizado. Cabe ao professor e à escola encaminhar corretamente os conteúdos programáticos, compreender que o processo de aprendizagem é tão importante quanto o resultado, o andamento das aulas e o desempenho dos alunos seriam outro. O aluno se sentiria preparado por compreender o processo que ele passou para adquirir o conhecimento naquele conteúdo, assim ele sentiria entusiasmo em realizar a avaliação, e a avaliação seria parte do processo na qual ele está inserido, pois os conteúdos da avaliação fariam sentido ao aluno, por ele ter participado do processo de ensino como afirmam BERNARDINO, M, R,F; OLIVEIRA. L,B, 2015.

Pode-se afirmar que a avaliação em larga escala nestes últimos anos, foi interpretada equivocadamente por alguns gestores estaduais e municipais. Algumas escolas do município de Foz do Iguaçu adotaram o regime de reforço escolar de alunos do 5º ano no contra turno escolar. Esta medida aparentemente é positiva, mas quando pensamos em fatos como: o reforço é oferecido a todos os alunos e não apenas aqueles alunos que apresentaram alguma dificuldade, as disciplinas abordadas no reforço são específicas: português e matemática, com foco em questionários realizados em etapas anteriores da prova Brasil. Fazendo-se assim o reforço perde seu caráter de reforçar o aprendizado do aluno e assume um papel exato de treinamento, descaracterizando o objetivo de aprendizado dos alunos causando até um mecanismo de exclusão, pois, esta estratégia prioriza o ensino de português e matemática e deixa de lado outros saberes que são fundamentais para a formação humana dos alunos.

Diante desses fatos, o reforço oferecido não é elaborado como forma de suprir a necessidade de compreensão do aluno. Ele apenas enfatiza os conteúdos de português e matemática, como forma de preparo para a realização de determinada avaliação.

Quando se passa a treinar os alunos para determinada avaliação, os resultados das avaliações passam a sofrer alterações, pois há uma alteração no padrão de avaliação utilizado pela mesma, que é avaliar o rendimento dos alunos nos conhecimentos adquiridos no decorrer do ano letivo. Ao treinar os alunos suas habilidades nas disciplinas focadas aumentam proporcionalmente, porém, não é este o direcionamento proposto pelo objetivo do sistema de avaliação, eles propõem que através dos resultados atingidos pelas escolas, possam ser pensadas políticas de melhoria para a educação básica e a qualidade não pode ser medida quando se é treinada para determinada situação. Podemos utilizar a comparação nos anos seguintes de ensino fundamental e médio, se na rede estadual de ensino as estratégias forem diferentes, se elas deixarem de focar o treinamento para a avaliação, o resultado hipoteticamente será diferente também, fazendo com que se conclua que os níveis municipais de educação estarão muito mais avançados do que o nível estadual.

Embora os resultados de escolas que praticam meios de preparo para a realização da prova Brasil, tenham sido positivos, essa nova metodologia acaba conduzindo as escolas a uma competição entre si, fazendo-se pensar que o que está sendo avaliado é o nome da escola e não a qualidade do ensino ofertado.

Essa disputa pode não ser relatada pelos diretores e pelos secretários da educação, porém, é relevante constar tal situação pelo fato de que em alguns estados as escolas que não adotam essas medidas de preparo são mencionadas com certa indiferença e são escolas em que as secretarias de educação estão sempre presentes para verificar o direcionamento tomado pela equipe pedagógica da escola ao orientar seus professores e demais funcionários, como afirmam BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B, 2015.

Destaca-se que quando o ensino é direcionado de forma a priorizar as disciplinas específicas corre-se o risco de ter um ensino fragmentado e acaba perdendo sua especificidade, isto pode acarretar em uma negação por parte dos alunos, pois os mesmos passam a ficar um tempo muito maior em atividades teóricas do que o necessário para sua aprendizagem e acaba então condicionando o aluno apenas para a realização dessas avaliações padronizadas deixando de preparar os mesmos para a vida social e para uma formação crítica desde as séries iniciais.

O objetivo da prova Brasil é indicar os problemas da educação e verificar se ela está realmente sendo ofertada de forma equitativa. Quando institucionalizado

esse modelo de avaliação, foram distribuídos em todas as escolas livros explicativos para determinadas medidas, para que houvesse uma compreensão da dimensão deste sistema de avaliação por todo conjunto escolar.

A esta compreensão foi atrelada a idéia de preparo, ou seja, escolas e secretarias de educação tiveram uma compreensão mais prática deste indicador, o que resultou na criação de medidas de incentivo a professores para que os mesmos dessem mais atenção aos conteúdos que serão aplicados nas provas.

A maior atenção citada refere-se às aulas reforçadas e baseadas nas provas que já foram realizadas, pode-se dizer um treinamento feito aos alunos para que estejam preparados para realizar a avaliação com êxito.

Como resultado deste estudo direcionado surgem as melhorias nos índices da avaliação, como exemplo o Município de Foz do Iguaçu – PR, que, segundo Pasini (2014), vem aumentando consideravelmente o IDEB; nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 atingiu, respectivamente, os índices 4,2; 4,8; 6,2; 7,0 e 7,3, este último índice colocou o município em destaque nacional, pois, atingiu o maior índice do Brasil.

[...] Através de uma busca desenfreada por resultados, o Município de Foz do Iguaçu transformou o IDEB em um mecanismo de exclusão, pois exclui o aluno da aquisição de conhecimento e, ao oferecer gratificações a professores cuja escola apresentou índices acima do esperado pelo governo, exclui os demais docentes que também trabalharam pelo índice, apesar de não alcançá-lo, sem considerar as especificidades de cada instituição de ensino. (BERNARDINO, M, R, F; OLIVEIRA. L, B; Um análise das Avaliação em larga escala na Educação Básica do município de Foz do Iguaçu. In: CORREA. J, J; SOLIGO. V (Orgs). Políticas e Indicadores de Qualidade da Educação Relações com as avaliações em Larga escala. São Leopoldo: Oikos, 2015. P.191.)

Portanto, fica clara a necessidade de um método avaliativo da educação básica que contemple toda a especificidade do aluno e que não modifique a metodologia e a tomada de conteúdos realizada pelos professores e suas escolas, municípios e estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo aponta para a necessidade de haver um método avaliativo que mesure a qualidade da educação básica no Brasil, a fim de reduzir as diferenças existentes.

A avaliação educacional em larga escala vem contribuindo para a implantação de políticas públicas na área da educação. A Prova Brasil é um exemplo disso, mas tem destoadado de seu objetivo inicial, de verificar o processo educacional baseada nos parâmetros de equidade e qualidade na educação.

A partir desta avaliação surgiram várias pesquisas a fim encontrar um método de avaliação mais eficaz, que contemple todo o contexto escolar, tornando ainda mais evidente a necessidade de um sistema de avaliação na educação básica.

A avaliação educacional em larga escala deve ser compreendida, também, com o intuito de promover um contínuo monitoramento do sistema educacional, com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos das políticas adotadas.

A crítica feita a este tipo de avaliação é que ela deve ser um sistema que avalie individualmente o processo educativo, que compreenda o caráter social, cultural, econômico e psicológico de cada aluno avaliado. Um sistema que dê possibilidades aos professores e todo o conjunto escolar de atuar em prol da formação individual, crítica e social de cada aluno.

Pois, a forma como esta metodologia vem sendo aplicada às escolas parece não contribuir para o desenvolvimento de habilidades ou para a formação humana dos alunos. Verificou-se que a condução da avaliação tem desrespeitado a autonomia docente uma vez que o professor passa a considerar a nota dessas avaliações como o aprendizado do aluno. Desrespeita também o direito do aluno de desenvolver seus aprendizados em seu próprio tempo, em desenvolver seu aprendizado em outras disciplinas porque a matemática e o português tornaram-se a prioridade na sala de aula, deixando as outras disciplinas curriculares de lado.

Portanto, para que a escola alcance a tão esperada qualidade de ensino, deve-se superar a idéia de tratar igualmente o que não é igual e de generalizar o que não pode ser generalizado, deve compreender que a avaliação em larga escala vem proporcionando a estados e municípios o poder de decidir sobre como desenvolver estratégias de atuação em sala de aula que podem estar deturpadas com o princípio educacional e voltadas unicamente ao resultado da dita avaliação.

Por fim, cabe a reflexão, por parte dos organizadores da avaliação em larga escala, por ela ser censitária e poder ser objeto de direcionamento educacional, ela vem

divulgando informações sobre a qualidade e a equidade na educação que podem ser distorcidas. Fato este que carece, no mínimo, atenção dos educadores e do governo quanto a adoção de medidas protetivas relacionadas ao bom direcionamento de todo conteúdo programático constante nos PCNs curriculares.

Influence of brazil exam in teaching-learning process

ABSTRACT

This work was developed from a bibliographic study on the educational evaluation in large scale in Brazil: Proof Brazil. The aim was to assess the design quality of basic education through the educational assessment system largely adopted by the MEC / INEP studying how this evaluation influenced the teaching practice in the initial series of basic education I. The conclusions were based on contributions and criticism that this system has provided the didactic and pedagogical practices in basic education schools and showed that APPRAISAL can influence the content covered in a negative way classroom, for the period prior to completion of the test teachers are instructed to focus on the teaching the content of the test, disregarding the guidelines of the Plan National Curriculum. It was also observed that some education departments offer financial incentives (14th salary) to schools with high performance on this assessment, prioritizing the direction of teaching to the test and to discourage other disciplines.

KEYWORDS: national curriculum, program content, quality of education, rating criteria.

REFERÊNCIAS

- BONAMINO Alice. Tempos de Avaliação Educacional: O SAEB, seus agentes, referências e tendências. Rio de Janeiro, Quartet, 2002.
- BRASIL, LDBEN. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Banco Mundial. Boas práticas e Desempenho dos alunos na Prova Brasil: Identificando casos bem sucedidos nas redes municipais de ensino. Unidade de Desenvolvimento Humano, Região da América Latina e do Caribe, 2008.
- _____.(b) Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: SAEB: ensino médio: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC, SEB, INEP, 2008.
- CORREA. J,J; SOLIGO. V,; Políticas e indicadores de qualidade da educação: relações com as avaliações em larga escala / Organizadores João Jorge Correa e Valdecir Soligo.- São Leopoldo: Oikos, 2015.
- DECRETO MUNICIPAL de Foz do Iguaçu.nº 21.404 de 22 de junho de 2012
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 10ª ed., São Paulo: Moderna. 1993.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover as setas do caminho. 7ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- MELCHIOR, Maria Celina. Avaliação pedagógica: função e necessidade. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- PASINI. J, F, S. Políticas de Formação de Professores no Município de Foz do Iguaçu – PR, Dissertação de Mestrado em Educação. UNIOESTE, Cascavel, 2012. Disponível em :[HTTP://200.201.88.199/portalpos/media/file/educacao/Dissertação de Mestrado em Educação%20JULIANA%pdf](http://200.201.88.199/portalpos/media/file/educacao/Dissertação%20de%20Mestrado%20em%20Educação%20JULIANA.pdf). Acesso em: ago.2014.
- PESTANA. Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.79, nº 191, p. 65-73, jan./abr. 1998.
- SMED. Banco de dados Secretaria de Educação Municipal de Foz do Iguaçu. Paraná, 2012.
- WERLE, Flávia O.C.;FISCHER, Beatriz T. D.;Avaliação em larga escala: foco na escola/Organizadora:FlaviaObino Corrêa Werle. – São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.

Recebido: 02 dez. 2016.

Aprovado: 11 out. 2017.

DOI:

Como citar: ARAUJO, A. R. ; KONOPATZKI, E. A. ; LIMA, I. C. T. ; KONOPATZKI, A. L. S. ; A influência da prova Brasil no processo de ensino-aprendizagem. R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol, Medianeira, v. 8, n. 16, 2017. E – 5128.

Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

